

Educação e Idade Média: uma reflexão historiográfica

Enviado em:

10/06/2012

Aprovado em:

27/06/2012

Fernando Pereira dos Santos

Graduando em História pela Unesp – Franca

fernando_trad@yahoo.com.br

Resumo

A Educação apresenta peculiaridades no seu modo de ser pensada, variáveis de acordo com diversos fatores, como o contexto e as expectativas do público ao qual se destina. Entretanto, longe da tentativa de teorizarmos sobre a numerosa gama de fatores que incidiram sobre seu desenvolvimento ao longo da história, trataremos de breves ponderações, não sobre sua metodologia, mas sim sobre a educação como objeto de estudo sob o enfoque histórico, entendendo-a como um fenômeno que, ao mesmo tempo em que influencia, se deixa influenciar pela inter-relação com outras manifestações sociais.

95

Palavras-Chave

Idade Média, Educação, História.

Abstract

Education poses peculiarities in the ways of being thought, varying in accordance with several factors, such as context and expectations of the audience to whom it is directed. However, far from the attempt of theorizing about the huge amount of factors that affected its development throughout History, we shall deal with brief ponderations not regarding its methodology, but Education as an object of study under the historical approach, understanding it as a phenomena that, simultaneously, influences and it is influenced by the interrelation with other social manifestations.

Key-Words

Middle Ages, Education, History.

Um olhar sobre a Educação Medieval no Ocidente

Tratar a Educação sob um recorte tão amplo como a Idade Média ocidental parece-nos, à primeira vista, arriscado, pois podemos incorrer em generalizações e desconsiderarmos inúmeras particularidades geográfico-temporais. Desse modo, não a abordaremos sob um enfoque específico, mas sim realizaremos um delineamento do panorama de uma “cultura comum” que permeia todo o medievo. Segundo um grande pesquisador da História da Educação, aquela seria uma época onde:

[...] os aspectos de comunidade, de internacionalismo, de coesão espiritual e de tensão ideal [...], de vida de fé, mas também de espírito mundano, até mesmo radicalmente mundano, são colocados no centro da interpretação da Idade Média, reconhecendo seu pluralismo e, ao mesmo tempo, a forte conotação unitária que a torna uma época de contrastes, [...] mas também concentrada em torno de estruturas constantes e coercivas (a Igreja, a Fé, a consciência cristã). (CAMBI, 1999: 143)

Assim, podemos pensar na descompactação do período em “Idades Médias” que, embora tenham elementos característicos inerentes aos diversos agrupamentos humanos ao longo do período, como as diferentes línguas, os métodos de trabalho com a terra, de preparação de alimentos e de organização militar, possuem um fator que marca sua coesão: a fé cristã, intermediada pela Igreja, através de modelos diversos de ensinamentos de suas ideias adaptados às necessidades locais.

Uma das características principais que se fez presente em diversos lugares e tempos durante a Idade Média ocidental foi o altíssimo nível de analfabetos e iletrados (entendidos estes como aqueles que não leem latim) nas diversas camadas sociais (CARRUTHERS, 1992). Até o surgimento das universidades, o ensino formal restringiu-se em grande parte aos clérigos, mais especificamente aos monges de diversas ordens, formando grupos fechados e com pouca possibilidade de comunicação entre si. Exemplo disso é o que ocorreu ao papa Gregório VII (1073-1085), quando viu uma carta por ele enviada demorar meses para alcançar seu destinatário na Inglaterra, devido às péssimas condições das estradas e do perigo que corria o mensageiro de ser roubado e morto em tais vias (GUREVITCH, 1990).

Seja como for, esses grupos de letrados detinham o conhecimento sobre a escrita na Idade Média, empregando-o para diversas finalidades, como a difusão do pensamento cristão e a legitimação de pleitos políticos através da composição

e forja de documentos¹. Com a criação, principalmente na península Ibérica, de centros de traduções e compilações de manuscritos compostos na Antiguidade, somada à existência de pensadores muçulmanos contemporâneos, tais grupos ampliam os horizontes do conhecimento do medievo - das elites clericais e nobres -, uma vez que a grande massa de indivíduos ainda não domina técnicas de leitura e escrita. Aos camponeses, a baixa nobreza e a burguesia instituída nas cidades, principalmente após o ano mil, não havia a necessidade imediata do domínio do conhecimento escrito, mas sim daqueles conhecimentos referentes às suas atividades cotidianas, seja do trato da terra ou da aprendizagem de uma atividade comercial.

Um dos grandes avanços da sociedade medieval após o ano mil foi justamente o agrupamento em guildas, ou associações profissionais, de uma massa de indivíduos provenientes dos feudos, vagabundos e homens de toda espécie (CAMBI, 1999). O desenvolvimento de uma atividade profissional desvinculada da terra viria favorecer tanto uma desarticulação do sistema feudo-vassálico como de uma educação que gradualmente se afastava dos princípios religiosos, valorizando princípios até então não aceitos pela Igreja, como a usura. Haveria, desse modo, um fosso gigantesco separando a educação formal e informal. A primeira era voltada a contemplação tanto do mundo imaterial, no sentido religioso, quanto de questões mais imediatas, como a formulação de tratados e manuais de guerra e medicina, destinados aos homens das parcelas dirigentes da sociedade, de acordo com as expectativas que eram depositadas sobre suas figuras. Quanto a segunda, a educação não se dá no sentido do domínio textual, mas sim no ensinamento de noções práticas ligadas ao seu cotidiano e sua atividade profissional, como o temor ao deus cristão e ao manejo de instrumentos de trabalho.

Um grupo restrito de pesquisadores debruçaram-se sobre o tema da educação na Idade Média, tendo recebido grande relevância Nicholas Orme, que em sua obra, ainda inédita no Brasil, *Medieval school: from Roman Britain to Renaissance England* (ORME, 2006), aponta que ainda faltam grandes estudos sobre tal temática. Na obra em questão, o autor pondera que, ao contrário dos monastérios, amplamente citados em manuscritos do período e que recebem a atenção de medievalistas, as instituições escolares do período não seriam alvo da mesma atenção, pois, ao contrário das casas religiosas, extintas na Inglaterra, as escolas perduram desde aquele período, chamando pouca atenção para o fato de

1 Um exemplo de tal emprego ocorre no início da última década do século XIII na chamada *Great Cause* (ou Grande Processo, em tradução livre), em que o rei Eduardo I (1272-1307) promove o estudo da História para arrumar precedentes que embasassem seu pleito a governante do reino da Escócia. Ele teria enviado ordens para que monges ao longo do reino encontrassem evidências em crônicas que legitimassem sua reivindicação ao trono escocês, utilizando-se de citações de tais crônicas como evidências (GRANSDEN, 2000: 441 - 442).

que elas também têm um história a ser contada. Na esteira dos estudos pioneiros do historiador da educação Arthur Francis Leach, um dos pontos para os quais Orme chama a atenção é a tese de Leach de que um grande número de escolas medievais, ao contrário do que se pensa, não originou-se nos monastérios, mas foram fundadas e mantidas por leigos e por clérigos seculares, estando abertas para o público, defendendo, portanto, a tese de que a educação moderna teria sido iniciada no Renascimento e na Reforma.

Outro ponto no mínimo interessante, dessa vez defendido pelo próprio Orme, é o de que aqueles então preocupados com a manutenção da ordem, notadamente a nobreza, por vezes mostravam-se contrários à educação para indivíduos de estratos mais baixos da população, pois:

[...] isso permitia que filhos de servos [...] alcançassem riquezas e poder acima de sua posição social. Havia um costume há muito praticado nas terras inglesas em que o filho de um servo não poderia ser enviado à escola ou empregado como aprendiz sem o consentimento de seu senhorio. O ensino escolar e a aprendizagem implicavam que a criança se tornaria um sacerdote ou cidadão, removendo do senhorio um par de mãos [...]. Na prática, [...] senhorios geralmente permitiam que tais crianças fossem educadas em troca de um pagamento [...] (ORME, 2006: 220).²

98

Sobre qual documentação poderia o historiador se debruçar para uma análise mais detalhada sobre o tema?³ Orme (1995) sugere o uso de manuais escolares (*school books*), pois neles forma-se uma antologia pessoal do aluno, que copiava textos padrão de gramática e poemas de acordo com o currículo escolar, contendo notas e exercícios. Durante as aulas os mestres compunham exercícios baseados em tópicos que pudessem interessar seus pupilos, mantendo-os atentos a seu estudo, com assuntos pertinentes, por exemplo, ao local de ensino e ao mundo externo. Poderiam figurar, por exemplo, questões relativas à guerra, comércio, alimentação, animais, caça e jogos, além de preciosos resquícios advindos da cultura oral, como ditos populares, apelidos, palavreado de baixo calão, alusões ao sexo e ao sobrenatural, enigmas, poemas e canções comuns aos jovens.

Além da instituição escolar, não podemos relegar ao segundo plano a instituição de ensino tipicamente medieval: a Universidade. Suas origens remontam a “[...] formação de escolas urbanas independentes da Igreja que, [...] no curso

2 Tradução minha

3 Manacorda (1992) emprega uma documentação diversa para fornecer uma ampla abordagem sobre o tema. Nota-se o uso que vai de cartas pessoais de indivíduos pertencente tanto ao corpo de alunos como de seus mestre, chegando até as *regulae* monásticas. Sanfelice (2006: 25-26) e Saviani (2004: 3-20) apontam que a partir da perspectiva da Nova História, outros objetos e fontes podem ser problematizados.

de três séculos, se impôs em toda a Europa e tornou-se o principal instituto de instrução de uma ponta a outra do Ocidente [...]” (CAMBI, 1999: 183). Nota-se, desde a constituição da Universidade de Paris, com a instrução feita em latim e com favorecimento o estudo da teologia, se constituiu um modelo para todas as universidades subsequentes (ao menos no norte da Europa), apresentando caráter “internacional” e com estudantes advindos e organizados de acordo com suas diversas regiões de origem (HEADLAM, 1915).

A palavra *universitas* seria originalmente empregada pelas guildas que ocupavam o espaço do *studium*, e, por volta do final do século XIV, o termo ganhou conotação própria, vindo a significar uma comunidade de professores e alunos que se auto regulava com o reconhecimento e a sanção da autoridade civil ou eclesiástica (RIDDER-SYMOENS, 1992). Pode-se dizer então que as universidades eram uma organização voltada para a proteção e regulamentação do ofício do aprendiz⁴. Le Goff (2006: 93-94) corrobora essa tese, enfatizando que o impulso urbano e demográfico vivido pela Europa ocidental começa a decair em meados do século XIII, levando o grupo dos intelectuais a tornarem-se estáticos dentro das muralhas das cidades, adquirindo forças lentamente dentro da mesma, perturbando assim os poderes outrora estabelecidos, a saber, o laico e eclesiástico. Paralelamente, lentamente surgiram escolas e mestres livres, fora dos muros da cidade, os *studium generale*, que posteriormente viriam a ser também reconhecidas como universidades. Visando satisfazer às exigências dos novos grupos sociais, ensinavam inicialmente as artes liberais, notadamente o *trivium* e o *quadrivium* aos leigos, gradualmente integrando ao seu currículo a medicina, a jurisprudência e a teologia. Elas teriam sido então o cerne para os estudos posteriores, como a filosofia da natureza (física e ciências naturais), bem como das ciências do homem (ciências morais) (MANACORDA, 1992: 145-146).

Mas qual seria a função do intelectual na Idade Média? Ainda sob a concepção de Le Goff (2006: 88-89), ele seria responsável pelo ensino das artes liberais, essas últimas entendidas como atividades racionais e justas aplicadas à produção de instrumentos intelectuais e materiais. Desse modo, ele é um artesão, cujos pensamentos são suas ferramentas, que deve fazer circular a ciência, exportar ideias como as mercadorias que são.

De qualquer modo, a função da universidade na Idade Média foi alterando-se com o passar do tempo. Combatendo as teses de Le Goff e também de Verger, que, em linhas gerais, entendem que o pensador medieval aprisiona socialmente a filosofia, Libera (1999) entende que a função primordial dos indivíduos formados naqueles ambientes de ensino seria, então, aprofundar uma espécie de

4 Disponível em <http://www.christianchronicler.com/history1/medieval_learning.html>. Acessado em 20 de maio de 2012.

conhecimento “estático”, ao passo que o intelectual moderno busca alargar seu campo de conhecimento, sem aprofundá-lo em determinado campo. Além disso, o pensador acredita que:

Contrariamente do que afirma Le Goff, a oposição do intelectual orgânico e do intelectual crítico é demasiado geral para ser operacional; não se deve confundir o intelectual crítico e o crítico intelectual, o “alto funcionário” e o universitário, o homem do poder e o servidor sem mestre. Em suma, o intelectual não se renega pelo simples fato de ser universitário [...] (LIBERA, 1999, p. 142).

Headlam (1915), assim como Cambi (1999), também advoga em torno de uma unidade cultural na Idade Média, pautada pela Bíblia, pela Igreja e pelo uso da língua latina. Citando o caso inglês como exemplo, o autor destaca a importância da vinda de religiosos italianos juntamente com Guilherme, o Conquistador, em 1066, pois a unidade de pensamento cristão, antes destroçada pelo domínio dinamarquês entre os séculos VIII e X, seria novamente retomada, reincorporando o reino à cultura e à religião da Igreja ocidental, veículo que cultivava e mantinha o controle das instituições bem como um ensino comum. A verdade, então, seria única, mas os pecados diversos, encontrando-se portanto a salvação na unidade, ao passo que a divergência era a fonte de heresias. Logo, o desenvolvimento de uma religião comum demanda não somente uma elevada consciência “internacional” entre cristãos, mas uma síntese entre a mesma e a cultura (WOOD, 1915), como apontam os trabalhos dos mestres medievais, que desprezam a configuração do mundo visível e fixam seu olhar no outro mundo. Desse modo, Gurevitch (1990: 24) indaga:

Quer isto dizer que todo o saber medieval se reduzia à teologia e que, em suma, não é possível estudar o pensamento estético e filosófico da época feudal? Claro que não. Pretendemos dizer que, se optarmos por analisar, [...] a criação artística ou o direito, a historiografia ou qualquer outro ramo da atividade intelectual dos homens da época, não devemos separar a esfera da atividade estudada do contexto histórico-cultural mais amplo, pois é somente “dentro” da entidade a que nós chamamos a cultura medieval que podemos compreender corretamente as suas diferentes componentes (sic). A teologia representava a “suprema generalização” da prática social do homem medieval, oferecia um sistema semiótico universal e os membros da sociedade feudal concebiam-se a si mesmos e concebiam o seu mundo em termos de teologia. Eles concentravam aí a justificação e a explicação desse mundo.

De qualquer maneira, a Universidade medieval é o campo de novas formas de desenvolvimento intelectual, dentre elas a afamada Escolástica, que teve como seus praticantes homens de inquestionável relevância como John Scotus, Roger Bacon e Bernardo de Claraval. Nascida nas escolas monásticas cristãs (LECLERQ, 1970), buscava, através do emprego de autores pagãos, como Platão e Aristóteles,

conciliar o emprego da razão e da fé. Em linhas gerais, o pensamento escolástico é conhecido por sua rigorosa análise conceitual e pelo delineamento detalhado de clarificação dos objetos por ela abordados, tanto na disputa (*disputatio*) como na escrita, sendo um tópico colocado em pauta sob a forma de uma questão, sobre a qual os “opponentes” deveriam argumentar, esperando uma contra-argumentação do proponente e finalmente a tréplica do lado contrário.

Um de seus maiores expoentes é a *Summa Theologiae* (Compêndio sobre a Teologia), composta por São Tomás de Aquino entre 1225 e 1274. Basicamente, trata-se de um manual para iniciantes em teologia e uma espécie de resumo dos principais ensinamentos teológicos da Igreja, desenvolvendo sua explicação na forma de um ciclo cuja ordem inicia-se em uma explicação sobre a existência de Deus, partindo para a Criação, os propósitos dos homens, a vida de Jesus Cristo, os sacramentos e, finalmente, voltando para o retorno da criação para Deus através do homem. Inserindo-se portanto dentro da tradição Escolástica, Aquino aponta cinco argumentos que justificariam a existência de Deus⁵, empregando obras, dentre outros, de autores judeus, cristãos e muçulmanos (GILSON, 1994).

A Escolástica, embora surgida no meio clerical, também encontra alguns adeptos no âmbito leigo da sociedade. Um desses autores é Geoffrey de Charny, um nobre a serviço do rei João II da França, conhecido por duas obras acerca do modelo de bom cavaleiro. Uma delas, conhecida como *Demands pour la Joute, les Tournois et la Guerre*⁶, traz 134 questões sobre justas, torneios e guerras, sendo sua inovação o emprego do modelo escolástico em seu modo de formulação (WHETHAM, 2009). O autor inquire seus leitores buscando conciliar pontos aparentemente antagônicos, em que tal tipo de manuscrito serve como modelo de ensino edificante através de exemplos para a nobreza guerreira, inserindo-se nesse mesmo patamar as crônicas, tanto seculares quanto religiosas, que a seu modo:

[...] constroem o mundo e vinculam valores de uma parcela importante da sociedade medieval, a dos dirigentes, dos senhores e dos letrados. Uma construção que articulava valores e modelos, bem como o que era com o que deveria ser, buscando respaldar-se numa tradição que se alimentava em grande parte em textos escritos – Escrituras Sagra-

5 Os “cinco argumentos” (*Quinque viae*) defendem a existência de Deus e encontram-se resumidos na *Summa Theologiae*: o “Princípio do Impulsionador Primário”, defendendo que Deus era a causa do movimento do universo; o “Argumento da Primeira Questão”, que tenta provar que Deus é o criador do universo; o “Argumento da Contingência”, onde o teólogo defende que necessariamente um ser (Deus) deve necessariamente existir, independentemente de todos os outros seres; o “Argumento da Perfeição”, que coloca Deus como modelo de todas as outras coisas e finalmente o “Argumento Teleológico”, que aponta que todos os seres do universo caminham para um fim, que seria Deus. Disponível em <<http://www.ewtn.com/library/theology/reality.htm#07>>. Acessado em 06 de junho de 2012.

6 Questões sobre a justa, os torneios e a guerra, em tradução livre.

das, textos doutrinários, morais, teológicos e hagiográficos, textos dos clássicos pagãos -, mas mantendo-se atenta às práticas presentes (FRANÇA, 2006: 12).

Tais composições cronísticas fornecem preciosas informações para o medievalista contemporâneo, pois embora escritas sob uma perspectiva da intervenção divina sobre todas as ações praticadas pela sociedade, nelas estão registrados acontecimentos das mais variadas ordens que não estão presentes em nenhum outro tipo de manuscrito remanescente do período. Homens e mulheres como Froissart, Le Bel, Christine de Pisan e Anna Comnena, ainda que de forma perfeitamente criticável sob os parâmetros atuais da escrita da História, elaboraram, de acordo com sua erudição e interesses imediatos, trabalhos que auxiliam na compreensão do lugar social de onde escreveram.

Como dito previamente, parcelas da sociedade estavam completamente alheias ao universo da escrita, e suas preocupações eram voltadas à questões mais imediatas. Porém, não podemos cair na perigosa generalização do período, pois:

Ao final do século XII, o letramento secular começou a diversificar-se em direção ao letramento pragmático das ‘classes médias’. Tal ocorrência aumentou no curso dos séculos XIII e XIV entre mercadores, baixa nobreza e bailios, que necessitavam de um domínio básico do vernáculo [...] para se tornarem aptos a realizarem negócios, irem a corte e gerenciarem propriedades rurais. Do mesmo modo que a administração real [...] empregava cada vez mais homens leigos, os mesmos tornavam-se leitores competentes. Tal demanda aumentou durante o século XIV, fomentando o crescimento no comércio de livros e na produção de literatura em vernáculo. Mais livros e mais literatura, por sua vez, levaram ao acréscimo no número de leitores, de modo que por volta de 1400, a principal diferença entre a corte e a crescente burguesia era em relação a seus gostos, não à sua capacidade de ler e escrever (BRIGGS, 2000: 401).⁷

Cambi (1999) aponta que, ainda na Baixa Idade Média, o uso das imagens e contos populares era comumente empregado nas igrejas e nos sermões, respectivamente. A imagética não era pensada sob fins estéticos, mas sim com finalidades imediatas na formação cristã da comunidade temporal que vivia nos arredores. São relativamente comuns as ilustrações, por exemplo, do paraíso e do inferno nos vitrais de templos espalhados por toda a Europa, como nas pinturas de Nardo de Cicone na Igreja de Santa Maria Novella em Florença, incutindo o ideário da necessidade do arrependimento diário pelos pecados e a busca ininterrupta pela salvação da alma. Se por um lado, aos indivíduos pertencentes aos círculos que dominavam o uso do latim e do vernáculo, havia a possibilidade da leitura

7 Tradução minha

de saltérios, hagiografias, crônicas monásticas e outros tipos de manuscritos que reiteravam a presença de Deus nos assuntos terrenos, por outro havia a necessidade de se alcançar também as almas daqueles que dominavam apenas o vernáculo (em uma época em que o Latim é a língua oficial da Igreja, detentora do contato entre homens e a realidade suprassensível) ou nem isso, cabendo então tal papel às representações imagéticas.

Não obstante, a oralidade tem sua importância no jogo dos saberes no medievo. Clanchy (1993) afirma que, até o século XII, o meio mais seguro para se atestar a verdade de um fato era a recorrência à memória dos mais velhos, sendo que a mesma não poderia ser contestada sem que se colocasse em dúvida a própria fé daqueles homens. Posteriormente, a oralidade e letramento passam a caminhar lado a lado, e a última ainda encontra certa oposição, sendo então relativamente comum a citação de grande número de testemunhas em documentos como instrumento para atestar a veracidade do mesmo. No que tange ao conteúdo educacional, os chamados épicos também tiveram sua parcela de contribuição para a formação dos indivíduos mais jovens, como as narrativas diversas sobre *Beowulf*; o ciclo de *Tain*, de origem irlandesa, mostrando os feitos de *Cuchulainn*; bem como os do cavaleiro Tristão, pertencente ao ciclo arturiano (ORME, 1984).

Logo, ao se pensar sobre a educação na Idade Média como objeto de pesquisa, o historiador, ou qualquer outro cientista social que se dispuser a fazê-lo, irá se deparar com uma temática riquíssima. A importância de tais pesquisas dá-se no sentido de que, a partir de uma melhor compreensão das instituições educacionais e dos métodos de ensino existentes no período, como as Universidades e o pensamento escolástico, elas fornecem uma considerável contribuição sobre as possíveis configurações dos quadros mentais que regiam a vida cotidiana daquelas populações, oferecendo assim novas perspectivas de abordagem sobre temáticas diretamente (ou indiretamente) ligadas à instrução no período.

Referências Bibliográficas

BRIGGS, C.F. "Literacy, reading, and writing in the medieval West". *Journal of Medieval History*, Vol. 26, No. 4, p. 397–420, 2000.

CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CARRUTHERS, M.J. *The book of memory: a study of memory in medieval culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CLANCHY, M.T. *From memory to written record: England 1066 – 1307*. Oxford: Blackwell, 1993.

FRANÇA, S. S. L. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília, DF: Capes, 2006.

GILSON, E. *The Christian Philosophy of Saint Thomas Aquinas*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1994.

GRANSDEN, A. *Historical writing in England I: c. 550 to 1307*. London: Routledge, 2000.

GUREVITCH, A. I. *As categorias da cultura medieval*. Tradução de João Gouveia Monteiro. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

HEADLAM, J.W. The unity of Western education. In: MARVIN, F.S. (Ed.). *The unity of Western civilization*. London: Oxford University Press, 1915.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LEACH, A.F. *The schools of medieval England*. London: Methuen, 1915.

104

LECLERQ, J. *The Love of Learning and the Desire for God* (New York: Fordham University Press, 1970) esp. 89; 238ff.

LIBERA, A. *Pensar na Idade Média*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANACORDA, M.A. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

ORME, N. *Medieval schools: from Roman Britain to Renaissance England*. London: Yale University Press, 2006.

_____. *From childhood to chivalry: the education of the English kings and aristocracy 1066 – 1530*. London; New York: Methuen, 1984.

_____. “The culture of children in medieval England”. *Past & Present*, No. 148, p. 48-88, 1995.

RIDDER-SYMOENS, H. *A History of the University in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANFELICE, J.L. História, instituições escolares e gestores educacionais. In:

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, ago. 2006, p. 20-27.

SAVIANI, D. *Breves considerações sobre fontes para a história da educação*. In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004.

WOOD, H.G. Religion as a unifying influence in Western civilization. In: MARVIN, F.S. (Ed.). *The unity of Western civilization*. London: Oxford University Press, 1915.